



# **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

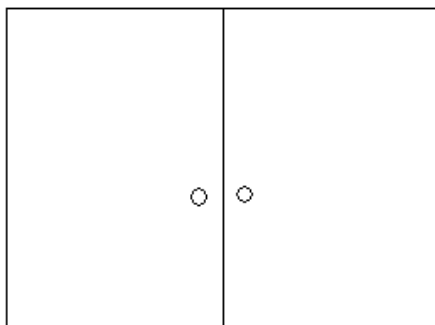
## **1ª REVISÃO**

---

**Volume II – Tomo II**

**PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO  
E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FI-  
NANCEIRA.**

Agosto 2023



DOCUMENTO PREPARADO PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

<b>VERSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
0	Versão inicial	Dezembro 2021
A	De acordo com a ATA da 1ª reunião plenária	outubro 2022
B	De acordo com a	Agosto 2023

**Coordenação de Equipa:**

CM de Belmonte                      Carlos Simões, Eng. Civil

Proengel, Lda                         Marta Falcão, Arquiteta urbanista

**Coordenação setorial (Proengel, Lda)**

Sistema Urbano – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Patrimonial – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Socioeconómico - Ana Preto, Geógrafa

Sistema Biofísico - Ana Sofia Dias, Arquiteta Paisagista

Ambiente – Helena Nascimento, Engenheira do Ambiente

Infraestruturas territoriais e urbanas - Margarida Maceira, Engenheira Civil

Riscos – António Flor, Engenheiro Civil

Apoio jurídico – Andreia Almeida, Jurista

## Índice Geral

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. OBJETIVOS DO PLANO .....</b>	<b>6</b>
<b>3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLURIANUAL) .....</b>	<b>7</b>
<b>4. INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES .....</b>	<b>9</b>
<b>5. PONDERAÇÃO DA VIABILIDADE .....</b>	<b>11</b>
5.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	11
5.2. TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA .....	12
5.3. MERCADO IMOBILIÁRIO .....	13
5.4. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	14
5.4.1. <i>Despesas e receitas municipais</i> .....	15
5.4.2. <i>Evolução do orçamento municipal</i> .....	17
<b>6. MECANISMOS DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
6.1. MEDIDAS DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL NO MERCADO DOS SOLOS .....	18
6.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO .....	19
<b>7. PROGRAMA DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
7.1. PRIORIDADES .....	20
7.2. CRONOGRAMA .....	20
<b>8. MECANISMOS FINANCEIROS .....</b>	<b>23</b>
8.1. DO ESTADO .....	23
8.2. DO MUNICÍPIO .....	23
8.3. DOS FUNDOS EUROPEUS .....	24
<b>9. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO .....</b>	<b>25</b>
9.1. FONTES DE FINANCIAMENTO .....	25
9.2. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DAS AÇÕES PREVISTAS .....	27
9.3. ESTIMATIVA DO INVESTIMENTO PÚBLICO .....	31
<b>10. CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente relatório refere-se ao programa de execução e plano de financiamento da 1ª Revisão do PDM de Belmonte, assim como à fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

A visão estratégica para o concelho definida pelo município e com base nos estudos de caracterização do concelho e nos objetivos estratégicos do plano deve atender às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial e do quadro de desenvolvimento sustentável, assentes nas preocupações com as alterações climáticas e a passagem para uma economia circular. A qualificação urbana, ambiental, económica e social, bem como a promoção do território são áreas de intervenção consideradas estratégicas para o município, que exigem a colaboração com outras entidades públicas e privadas interessadas na respetiva execução, bem como a participação financeira direta ou indireta.

A operacionalização do PDM aqui definida, de acordo com o estabelecido nas alíneas c) e d), do n.º 2, do artigo 97º, do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, pretende hierarquizar as disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas e a fundamentação da sustentabilidade económica, por forma a viabilizar uma implementação eficaz. Trata-se, em suma, de sistematizar objetivos específicos e materializar os compromissos preconizados, em linha com a Estratégia Europa 2020 que “visa criar um crescimento inteligente, mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação, sustentável, dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono, e inclusivo, prestando especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza”, atendendo aos critérios para o Programa Portugal 2030.

As prioridades do Programa Portugal 2030 assentam em 8 eixos, cada um deles com os seus objetivos estratégicos, sendo:

Tabela 1 – Portugal e o futuro da política de coesão<sup>1</sup>

<b>1. Inovação e Conhecimento</b>	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
<b>2. Qualificação, Formação e Emprego</b>	Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego
<b>3. Sustentabilidade demográfica</b>	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida
<b>4. Energia e alterações climáticas</b>	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
<b>5. Economia do Mar</b>	Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
<b>6. Competitividade e coesão dos territórios do litoral</b>	Assegurar a dinâmica económica e a coesão social e territorial dos sistemas urbanos atlânticos
<b>7. Competitividade e coesão dos territórios do interior</b>	Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
<b>8. Agricultura/florestas</b>	Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Para o território da CIM BSE e do município, realça-se a importância que o PDM tem para a convergência com alguns destes eixos, atendendo que estamos perante territórios de baixa densidade e do interior:

Com impacto direto no ordenamento do território:

- 5. Energia e alterações climáticas;
- 7. Competitividade e coesão dos territórios do interior;
- 8. Agricultura/florestas.

Com impacto indireto no ordenamento do território:

- 1. Inovação e Conhecimento;
- 2. Qualificação, Formação e Emprego;
- 3. Sustentabilidade demográfica.

O sucesso de uma política dirigida às cidades depende tanto do interesse, envolvimento e participação dos agentes locais com capacidade operativa para a execução dos programas e ações, como do modelo de governação que a sustenta. Assim, “o modelo de governação deve, por um lado, assumir a cidade como suporte e palco privilegiado da integração e territorialização estratégicas das múltiplas políticas públicas e, por outro, garantir a arquitetura institucional necessária à boa coordenação e articulação dos vários agentes e níveis de governação implicados.”

Foram também tidos em contas os programas de execução e programação dos IGT’s com impacto direto

<sup>1</sup> Portugal2030, Futuro da Política de Coesão, elementos de reflexão (Republica Portuguesa, Planeamento e Infraestruturas) [http://www.portugal2030.pt/wp-content/uploads/2017/10/FUTURO\\_PC\\_Portugal2030\\_rev20180115vf.pdf](http://www.portugal2030.pt/wp-content/uploads/2017/10/FUTURO_PC_Portugal2030_rev20180115vf.pdf)

no presente plano de modo que a convergência entre planos seja coerente e eficiente.

Ao definir como sistemas de execução, o de cooperação e o de iniciativa de interessados, pretende-se promover a participação diversificada quer sejam privados ou entidades públicas de modo que o investimento no município possa ser partilhado, mas sempre com a visão de um modelo de governação sustentável.

## 2. OBJETIVOS DO PLANO

No âmbito do Programa de Execução definiram-se os eixos estruturantes de ação e os planos ou projetos que se consideram ser estratégicos na prossecução das orientações e opções do PDM, pois a concretização destes implicará, de forma clara, a criação de dinâmicas que despertarão a vontade e a possibilidade de concretizar outras iniciativas, com o enquadramento compatibilizado com as prioridades da Europa 2030 e os PNI2030

Tabela 2 – Prioridades Europa 2030 e a convergência do PDM

Eixos Estratégicos Portugal 2030	Eixos Estruturantes da Revisão do PDM
1. Inovação e Conhecimento; 2. Qualificação, Formação e Emprego; 3. Sustentabilidade demográfica. 5. Energia e alterações climáticas; 7. Competitividade e coesão dos territórios do interior; 8. Agricultura/florestas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eixo 1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular;</li> <li>• Eixo 2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos;</li> <li>• Eixo 3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo;</li> <li>• Eixo 4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos;</li> <li>• Eixo 5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade;</li> <li>• Eixo 6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana;</li> <li>• Eixo 7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade;</li> <li>• Eixo 8: Promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos;</li> <li>• Eixo 9: Adaptação às alterações climáticas</li> </ul>



### Objetivos estratégicos

- OE1: Contribuir para o desenvolvimento urbano e económico do concelho;
- OE2: Promover o desenvolvimento e programar o crescimento urbano sustentável dos aglomerados populacionais em equilíbrio com as redes de infraestruturas;
- OE3: Qualificar e proteger ambientalmente o território através de regulação do sistema biofísico local;
- OE4: Promover a valorização ambiental tendo em vista a preservação dos principais valores naturais e paisagísticos concelhios;
- OE5: Reorganizar as infraestruturas em consonância com a realidade territorial e o desenvolvimento previsto;
- OE6: Promover o desenvolvimento da gestão urbanística municipal.

Neste sentido, as opções de planeamento implícitas na presente proposta permitem a resposta a este objetivo e aos objetivos específicos, desenvolvidos de forma faseada para garantir o equilíbrio sustentado do ambiente e a eficiência das funções preconizadas.

Tabela 3 - Convergência dos setores operacionais do PDM para as agendas temáticas da **Estratégia Europa 2030**

**Pessoas primeiro - um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;**

- **Desenvolvimento Humano**
- **Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;**

**Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;**

- **Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;**

**Sustentabilidade dos recursos e combate às alterações climáticas;**

- **Planeamento urbano**
- **Ambiente e Energia**
- **Turismo, cultura e património**

**Um país competitivo externamente e coeso internamente.**

- **Turismo, cultura e património;**
- **Desenvolvimento Humano**

### **3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (Plurianual)**

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia para o período 2022-2026 e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só as despesas.

Estes documentos estruturantes consubstanciam a estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Belmonte, no curto e médio prazo. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, em funções tão vastas como a Educação; a Habitação; a Ação Social; a Administração Geral; a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios; o Ordenamento do Território; o Saneamento e o Abastecimento de Água; os Resíduos Sólidos; a Proteção do Meio Ambiente e a Conservação da Natureza; a Cultura; o Desporto, Recreio e Lazer; as Outras Atividades Cívicas e Religiosas; a Indústria e Energia; os Transportes Rodoviários; os Mercados e Feiras; o Turismo; ou as relações e Transferências entre Administrações

A convergência da Estratégia do PDM e as grandes opções do Plano para o período de 2022-2026, tem que ser evidente e bastante alinhada, permitido assim que as matérias de ordenamento do território são transversais aos restantes setores, assentes nos fatores de sustentabilidade do território municipal.

(Un.: euro)

Mapa	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	3 237 973,00	2 732 658,00	2 440 801,00	3 448 308,00	1 940 939,00
Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM)	8 462 399,00	7 329 244,00	7 535 164,00	7 586 116,00	7 411 731,00
<b>Grandes Opções do Plano</b>	<b>11 700 372,00</b>	<b>10 061 902,00</b>	<b>9 975 965,00</b>	<b>11 034 424,00</b>	<b>9 352 670,00</b>

Das grandes opções do plano destacam-se os que tem impacto no alinhamento com a estratégia do PDM:

- Ação social e saúde
  - Lar de Maçainhas, +12 lugares
  - Lar de Colmeal da Torre, +8 lugares
  - Santa Casa da Misericórdia: Belmonte +50 lugares, Lar de Carvalhal Formoso +10 lugares
  - Estrutura Residencial “Qualificada”, destinada a demências, Caria
  - Instalação de uma sala no Centro de Saúde de Belmonte para a saúde oral,
- Educação
  - Remodelação dos Edifício do Centro Escolar de Belmonte, que para além de prever a melhoria das condições térmicas do edifício, prevê também a modernização do respetivo mobiliário escolar e do equipamento informático, bem como o espaço exterior e envolvente.
- Espaço público:
  - Execução do Jardim Municipal de Caria;
  - Requalificação Rua do Álamo, em Malpique;
  - Requalificação do Largo da Lameira, em Inguias;
  - Requalificação na Rua da Escola, em Carvalhal Formoso;
  - Arranjo do cruzamento da Olas;
  - Construção de passadiço desde a Lameira ao Lagar de Azeite de Maçainhas;
  - Continuação de execução das ações da PARU de Belmonte;
- Património e Cultura
  - Centro Interpretativo de Centum Cellas (Fase 1 intervenção arqueológica, Fase 2 consolidação e conservação do imóvel e a Fase 3 criação de um Centro Interpretativo que reflita a importância histórica do referido monumento.
  - Castelo de Belmonte:
    - Criação de uma exposição permanente a instalar na Torre de Menagem;
    - Melhoria da iluminação exterior.
  - Atualização dos conteúdos museológicos dos Museus do Concelho;
  - Requalificação do edifício da Tulha dos Cabrais/ Ecomuseu do Zêzere.
- Requalificação/ Remodelação de edifícios diversos:
  - Lagar de Azeite de Maçainhas;



- Edifício Sede da Freguesia de Caria, para instalação de espaço para atividades culturais e recreativas. Já com projeto.
- Plano de intervenção, nas estradas que se mostrem em piores condições de conservação;
- Plano de Recuperação Turística do Concelho;
- Área Empresarial de Belmonte, (Maçainhas);
- Alargamento dos cemitérios paroquiais de Caria e Monte dos Bispo;
- Estratégia Local de Habitação.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 4 do Art.º 146.º do RJIGT, bem com a alínea c) do n.º 3 do Art.º 7.º do Decreto Regulamentar 15/2015, de 19/08, as ações propostas no presente plano que não estejam já inscritas nos orçamentos municipais, terão que ser programadas e inscritas no mesmo conforme programação aqui explanada.

#### 4. INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES

O programa de execução estipula as ações a implementar, organizando-as consoante as prioridades da sua implementação e o tempo máximo em que deverão ocorrer. Este faseamento relaciona-se estrategicamente com os objetivos (gerais e concretos) do presente Plano. A elaboração deste programa permite a implementação do Plano, materializando os investimentos e opções:

Tabela 4 – Ações previstas no plano

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos
<b>A</b>		<b>Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;</b>
A.1	PDM	Requalificação da zona industrial de Belmonte
A.2	GOP 2015/3-2/16	Implementação de nova zona empresarial - Maçainhas
A.3	GOP 2022/69-1/22	Apoio à instalação de empresas no concelho, privilegiando os edifícios industriais desativados.
A.4	GOP 2022/33-2/22	Plataforma de produtos de marca concelhia e da marca Koscher para a certificação
A.5	GOP 2022/69-1/22	Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/ tradicional
<b>B</b>		<b>Turismo, cultura e património;</b>
B.1	Plano estratégico	Jardim dos Descobrimentos
B.2	Plano estratégico	Espaço Brasil - Arte Contemporânea
B.3	GOP 2015/31	Requalificação do Castelo de Belmonte
B.4	GOP 2016/60	Centro interpretativo Centum Cellas

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos
B.5	GOP 2016/61	Centro interpretativo Villa Fórnea
B.6	GOP 2022/36-3/22	Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado
B.7	GOP 2016/62 GOP 2022/39-1/22	Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Stiago
B.8	GOP 2015/5	Zona envolvente da Praia Fluvial de Belmonte
B.9	PDM	Revitalização do Parque de campismo de Belmonte (junto praia fluvial)
B.10	GOP 2022/65 GOP 2022/78	Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado
B.11	PDM	Carta Arqueológica do Concelho
B.12	GOP 2022/37-1/22	Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros
B.13	PDM	Espaços de ocupação turística (apoio à implementação dos privados)
<b>C</b>		<b>Ambiente e Energia</b>
C.1	PDM	Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia
C.2	PDM	Elaboração e implementação do plano municipal de mobilidade e acessibilidade
C.3	PDM	Requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (infraestruturas verdes)
C.4	GOP 2018/21	Promoção do valor ambiental dos espaços florestais
C.5	PDM	Monitorização/ atualização do plano municipal de proteção civil
C.6	PDM	Monitorização/ atualização plano municipal de defesa da floresta contra incêndios
C.7	PDM	Promoção e monitorização dos aproveitamentos hidroagrícolas
C.8	PGBH	Plano de Recuperação de custos dos serviços da água para serviços urbanos, industriais e agrícolas (PGBH)
C.9	PDM	Plano de ação para a promoção da separação das redes de drenagem águas residuais unitárias em redes de drenagem de águas separativas, nas localidades abrangidas.
C.10	PDM	Reabilitação dos descarregadores das ETARs "em baixa"
C.11	GOP 2022/39-3/22	Rede Wifi no centro histórico de Belmonte
C.12	PDM	Implementação do plano de bioresíduos
C.13	PDM	Estudo para a implementação das bacias de retenção a montante das zonas inundáveis
C.14	PDM	Zonas de lazer associadas a plano de água Estudo geral)
C.15	PDM	Passadiço no lagar de Maçainhas
C.16	PDM	Caminho de lazer fluvial rio Zêzere
<b>D</b>		<b>Desenvolvimento Humano</b>
D.1	GOP 2022/39-3/22	Requalificação do centro escolar de Belmonte
D.2	Plano estratégico	Beneficiação do complexo desportivo municipal
D.3	GOP 2018/58	Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria)
D.4	PDM	Programa de requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais
D.5	GOP 2019/32-1/19 GOP 2019/32-2-19	Ampliação de cemitérios
D.6	PDM	Revisão da Carta educativa
D.7	PDM/LBH	Carta de habitação
D.8	PDM/GOP	Requalificação do lagar de Maçainhas e espaço envolvente

Ref. <sup>3</sup>	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos
D.9	PDM	Pista de atletismo
D.10	PDM	Piscina Coberta
D.11	PDM	Complexo desportivo de Maçainhas - requalificação e ampliação do existente
E		<b>Planeamento urbano</b>
E.1	PDM	Plano de transportes públicos para as áreas de atividades económicas
E.2	PDM	Plano de ação para prevenção e mitigação de riscos de acidentes de tráfego viário
E.3	GOP 2022/21-5/22 GOP 2022/21-6/22	Promover um plano sistematizado de melhoramentos em estradas, arruamentos e caminhos, incluindo sinalização
E.4	PDM	Implementação da VICEB - Variante interna de Belmonte
E.5	GOP 2022/76	Regeneração urbana dos centros urbanos complementares, ao nível dos arruamentos
E.6	GOP 2022/59	Plano de intervenção da rede de iluminação pública para a eficiência energética
E.7	PDM	Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos
E.8	PDM	Ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos
E.9	PDM	Elaboração da UOPG 1 – Centro histórico de Belmonte
E.10	PDM	Elaboração da UOPG 2 – Quinta da Tapada
E.11	PDM	Elaboração da UOPG 3 – Ampliação da Zona industrial de Belmonte-gare
E.12	PDM	Elaboração da UOPG 4 – Quinta do Porto Monsanto
E.13	PDM	Elaboração da UOPG 5 – Quinta da Bica
E.14	PDM	Enquadramento da ARU's de Belmonte e Caria nas diretivas do PDM e sua implementação
E.15	PDM	Execução das obras de urbanização das zonas em consolidação não servidas totalmente por redes dividir por áreas
E.16	PDM	Execução das obras de urbanização das zonas em consolidação não servidas totalmente por redes

## 5. PONDERAÇÃO DA VIABILIDADE

### 5.1. Estrutura fundiária

No que se refere à estrutura fundiária do concelho, atendendo a que não existe um levantamento cadastral completo não é possível proceder a uma análise cuidada sobre a mesma. Sabe-se, no entanto, que o padrão fundiário se caracteriza essencialmente por explorações de média dimensão ou minifúndio com uma grande diversificação cultural.

O regime de propriedade dos alojamentos de residência habitual mostra um município marcado por alojamentos habitacionais propriedade do residente (84%). Deste predomínio da propriedade é comum a todas

as freguesias do município, sendo que o arrendamento chega a ser inexistente em muitas freguesias, localizando-se essencialmente nas freguesias mais urbanas e do centro polarizador.

Da análise efetuada ao mercado imobiliário e terrenos rústicos, verifica-se que o mercado não é muito dinâmico no sentido que a disponibilização dos terrenos é muito mediana. Apesar de haver muitos edifícios devolutos, de um modo geral não estão disponíveis no mercado, agarrados muitas vezes a questões de partilhas.

De acordo com a Bolsa nacional de terras, as terras de privados e de outras entidades públicas, atualmente disponíveis para arrendamento e venda no município é:

Tabela 5 – Bolsa nacional de terras- terrenos disponíveis

Concelho	Privados e Autarquias		Estado		Outras entidades públicas	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
BELMONTE	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
FUNDAO	<u>1</u>	15.89	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
COVILHA	<u>1</u>	4.00	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
PENAMACOR	<u>11</u>	2.67	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
GUARDA	<u>9</u>	20.32	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
SABUGAL	<u>2</u>	6.82	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00
CASTELO BRANCO	<u>2</u>	19.00	<u>0</u>	0.00	<u>0</u>	0.00

## 5.2. Transformação fundiária

A dinâmica urbanística no município é maior quanto mais atrativo for o concelho quer mais no modo como mantém as famílias residentes que no modo de atrair novos residentes. O fator de atratividade prende-se sobretudo pela qualidade de vida que o município pode oferecer, através da sua dinâmica socioeconómica, ambiental e patrimonial.

A transformação fundiária no município que poderá vir a resultar através da implementação do plano ocorrerá não só em solo urbano, mas também em solo rústico, numa procura de otimização de recursos agrícolas e florestais.

Grande parte do investimento é sobre as ações urbanas, ou com as que estão diretamente relacionadas com elas. Com a preocupação de implementar soluções mais eficientes e sustentáveis, o plano reduz as áreas urbanas e delimita as áreas de edificação dispersa, na ótica da contenção da ocupação urbana descontrolada, convergindo assim para os objetivos do PNPOT e proposta de PROT C.

A transformação fundiária será feita através das várias operações urbanísticas previstas no Dec. Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, cumprindo os parâmetros urbanísticos definidos no PDM.

- Obras de urbanização;
- Obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação;
- Obras de demolição.

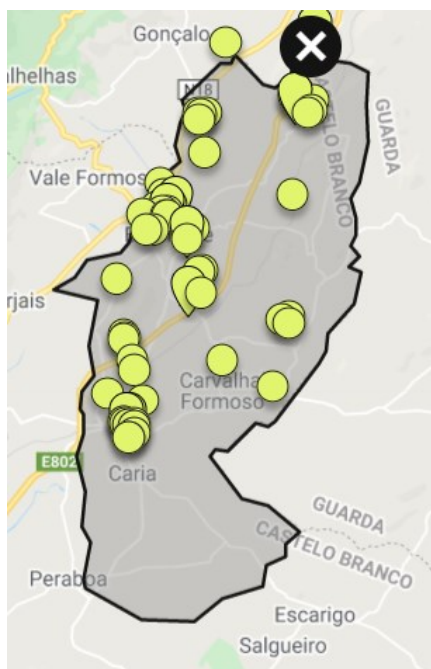
A Câmara Municipal, para efeito da execução do Plano, deve garantir a necessária disponibilidade dos terrenos, nomeadamente os relativos aos espaços públicos, como arruamentos, passeios, estacionamento, equipamentos coletivos e espaços verdes. Caso não haja interesse por parte dos particulares de acordo com cronograma de execução do plano poderá a Câmara apresentar Declaração de Utilidade Pública para expropriação desses terrenos.

Pretende-se que os custos de expropriações necessárias sejam diluídas nos casos é que nas operações urbanísticas seja possível negociar taxas ou espaços de cedência, procurando-se a figura jurídica mais eficaz. Pretende-se assim que estes não aumentem o investimento público.

### 5.3. Mercado imobiliário

Quanto ao valor de mercado da habitação, e de acordo com pesquisa feita aos imóveis colocados no mercado, em 2021 o m<sup>2</sup> rondava os 788€ para habitações, baixando os valores de 2011 e contrariando a expectativa face ao *boom* do mercado imobiliário ao nível nacional. No entanto, a seguir a uma crise é normal que os bancos sejam mais conservadores nas suas avaliações e estes sejam os valores de referência para a definição dos empréstimos bancários para a habitação.

Figura 1| Oferta de imóveis para habitação, para lojas e armazéns, e terrenos. (fonte: idealista, março2021)



Da breve análise efetuada à oferta no mercado verifica-se que em Belmonte é menos valorizado que o concelho da Covilhã e da Guarda, e mais valorizado que o Sabugal. Os valores por m<sup>2</sup> em 2021 mantiveram-se relativamente ao mesmo período o ano de 2020, sendo que em 2017, foi o ano em que se verificaram os valores mais altos.

Tabela 6| Valores de mercado por m<sup>2</sup> (fonte: idealista, março 2021)

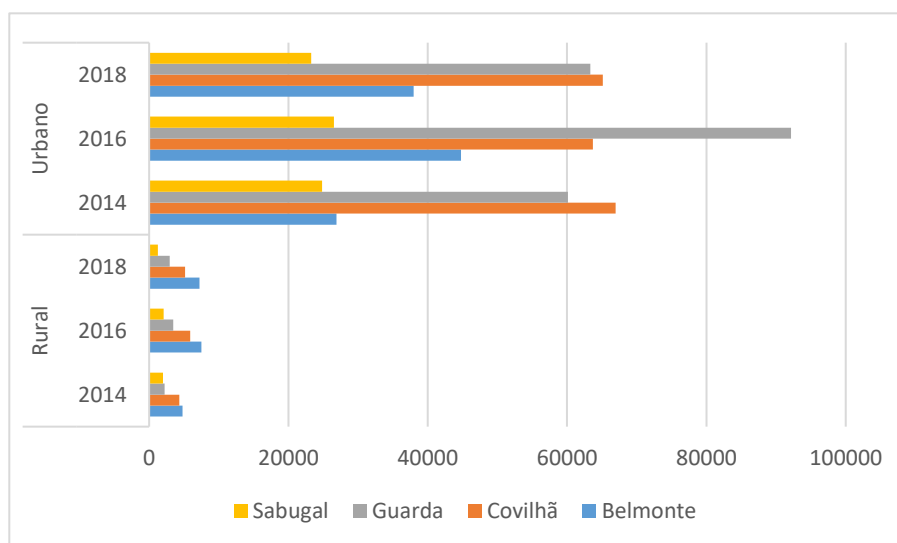
	Habituação	Escritórios	Lojas e armazéns	Terreno
Belmonte	788 €/m <sup>2</sup>	264€/m <sup>2</sup>	89€/m <sup>2</sup>	27 €/m <sup>2</sup>
Covilhã	871 €/m <sup>2</sup>	662 €/m <sup>2</sup>	612€/m <sup>2</sup>	162 €/m <sup>2</sup>
Sabugal	737 €/m <sup>2</sup>	---	71 €/m <sup>2</sup>	91 €/m <sup>2</sup>
Guarda	758 €/m <sup>2</sup>	625 €/m <sup>2</sup>	546€/m <sup>2</sup>	134 €/m <sup>2</sup>

Já no que se refere aos valores transacionados para imóveis rústicos e urbanos, o comportamento apresenta alguma variação desde 2014. Em todos os concelhos observados, com exceção da Covilhã, verifica-se que o valor aumentou em 2016 e volta a baixar em 2018, sendo que se destaca o aumento significativo em Belmonte.

Tabela 7| Valor médio (€) dos prédios transacionados: urbanos e rústicos

	2014		2016		2018	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Belmonte	4798	26913	7510	44762	7227	37955
Covilhã	4352	66960	5908	63696	5172	65113
Guarda	2198	60129	3439	92159	2937	63351
Sabugal	2010	24823	2070	26543	1273	23276

Fonte: PorData, março2021



## 5.4. Sustentabilidade económico-financeira

O valor estimado para a execução do Plano, deverá enquadrar-se nos valores plurianuais preconizados nas grandes opções do Plano Municipal. No entanto, a sustentabilidade do investimento poderá ser assegurada quer pelo município quer pelos privados, dado o plano prever o sistema de cooperação, promove também iniciativa dos interessados

O benefício produzido será traduzido pela dinamização urbana e económica que o investimento proporciona

pela grande afetação de espaços para a habitação e para as atividades económicas aumentando a atratividade do município em matéria do empreendedorismo.

Grande parte das receitas dos municípios encontra-se diretamente ligada ao fenómeno urbanístico e que dessas as que maior relevo têm são a cobrança de taxas, assumindo uma importância fundamental no conjunto dos meios de financiamento do município. Numa ótica da sustentabilidade financeira pretende-se que os gastos e as receitas se equilibrem.

#### **5.4.1. Despesas e receitas municipais**

A par com restante estado do País, a sociedade local, continua fortemente condicionada, pela onda pandémica que se instalou há cerca de 2 anos provocando impactos em cadeia, de ordem social, económica e financeira. Paralelamente, o município de Belmonte encontra-se envolvido num processo de saneamento financeiro, provocado pela liquidação das dívidas dos consumos de água e tratamento de águas residuais, que embora não esgotem a totalidade financeira dos recursos município, condicionam de alguma forma a realização de investimentos e atividades. O peso do serviço da dívida representa, atualmente, 8,45% da despesa total.

No intuito de consolidar uma política de proximidade, o Município de Belmonte, aceitou a transferência de três áreas de competências, sendo a de maior impacto financeiro organizacional a da Educação, segue a Saúde e por fim a Ação Social.

A receita própria do Município resulta, sumariamente, da cobrança de impostos e taxas, da venda de bens e da prestação de serviços. As receitas gerais resultam sumariamente das transferências do Orçamento de Estado onde se incluem entre outras, as obtidas através de candidaturas a fundos da União Europeia e contratos programa/protocolos celebrados.

As transferências provenientes do Estado e que se referem à participação das autarquias locais nos Impostos do Estado, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), a Participação Fixa no IRS, a participação na receita do IVA e o excedente de receita distribuído ao Município de acordo com os critérios definidos no artigo 35º da Lei nº 73/2013 (na sua atual redação), são as importâncias patentes em vigor extraídas do Mapa 12 da Proposta do Orçamento do Estado para 2021, uma vez que até à data da elaboração do Orçamento Municipal ainda não tinha sido aprovado o OE para 2022.

A estrutura da receita sofreu algumas alterações relativamente ao ano anterior. A receita corrente esperada apresenta uma variação positiva de 6,13% relativamente ao ano de 2021, essencialmente pelo efeito acumulado do aumento previsto no agregado económico da venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. Em sentido oposto nas receitas de capital prevê-se uma variação negativa de 37,13% sustentada na diminuição do agregado dos passivos financeiros e na venda de bens de investimento.

Tabela 8 – Evolução da Receita Prevista 2021/2022

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Ano 2021		Ano 2022		Variação 2021/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7 750 876,00</b>	<b>58,38%</b>	<b>8 226 189,00</b>	<b>70,31%</b>	<b>475 313,00</b>	<b>6,13%</b>
Impostos diretos	791 168,00	5,96%	817 620,00	6,99%	26 452,00	3,34%
Impostos indiretos	1 573,00	0,01%	0,00	0,00%	-1 573,00	-100,00%
Taxas, multas e outras penalidades	27 854,00	0,21%	31 405,00	0,27%	3 551,00	12,75%
Rendimentos de propriedade	7 232,00	0,05%	5 150,00	0,04%	-2 082,00	-28,79%
Transferências correntes	5 136 323,00	38,69%	5 151 621,00	44,03%	15 298,00	0,30%
Venda de Bens e serviços correntes	1 384 081,00	10,42%	1 692 520,00	14,47%	308 439,00	22,28%
Outras receitas correntes	402 645,00	3,03%	527 873,00	4,51%	125 228,00	31,10%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>5 526 004,00</b>	<b>41,62%</b>	<b>3 474 183,00</b>	<b>29,69%</b>	<b>-2 051 821,00</b>	<b>-37,13%</b>
Venda de bens de Investimento	25 375,00	0,19%	14 455,00	0,12%	-10 920,00	-43,03%
Transferências de capital	2 006 870,00	15,12%	2 599 087,00	22,21%	592 217,00	29,51%
Ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Passivos financeiros	3 488 459,00	26,27%	858 471,00	7,34%	-2 629 988,00	-75,39%
Outras receitas de capital	300,00	0,00%	20,00	0,00%	-280,00	-93,33%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5 000,00	0,04%	2 150,00	0,02%	-2 850,00	-57,00%
<b>TOTAL</b>	<b>13 276 880,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>11 700 372,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 576 508,00</b>	<b>-31,00%</b>

Na estrutura das receitas municipais, mesmo tendo diminuído em termos relativos e absolutos, é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, e as taxas, multas e outras penalidades, que ascendem no total a cerca de 849 mil euros, representando 7,26% da receita total e 10,32% da receita corrente.

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Ano 2021		Ano 2022		Variação 2021/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Impostos diretos</b>	<b>791 168,00</b>	<b>96,41%</b>	<b>817 600,00</b>	<b>96,30%</b>	<b>26 432,00</b>	<b>3,34%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	530 338,00	64,63%	536 150,00	63,15%	5 812,00	1,10%
Imposto Único de Circulação (IUC)	144 638,00	17,63%	135 025,00	15,90%	-9 613,00	-6,65%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imov. (IMT)	116 192,00	14,16%	146 425,00	17,25%	30 233,00	26,02%
<b>Impostos Abolidos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00</b>	<b>-</b>
<b>Impostos diretos diversos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00</b>	<b>-</b>
<b>Impostos indiretos</b>	<b>1 573,00</b>	<b>0,19%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-1 573,00</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>27 854,00</b>	<b>3,39%</b>	<b>31 405,00</b>	<b>3,70%</b>	<b>3 551,00</b>	<b>12,75%</b>
Mercados e feiras	2 538,00	0,31%	1 180,00	0,14%	-1 358,00	-53,51%
Loteamentos e obras	13 449,00	1,64%	14 560,00	1,71%	1 111,00	8,26%
Ocupação da via pública	1 015,00	0,12%	1 120,00	0,13%	105,00	10,34%
Outras	10 852,00	1,32%	14 545,00	1,71%	3 693,00	34,03%
<b>TOTAL</b>	<b>820 595,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>849 025,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>28 430,00</b>	<b>3,46%</b>

Numa breve análise às receitas do município, verifica-se que as taxas urbanísticas e os impostos provenientes das transações de imóveis tem um peso de cerca de 15,8, em 2021 e de 18,95% para 2022 relativo à receita global, o que mostra que é necessário promover mais dinâmica na atratividade do concelho. Um PDM que seja capaz de acompanhar as dinâmicas e tendências é sem dúvida uma mais-valia para este concelho com uma localização estratégica relativamente a Lisboa a cidades de média dimensão como Leiria e Santarém. O atual PDM tem sido pouco apelativo por ser muito restritivo nessa matéria.



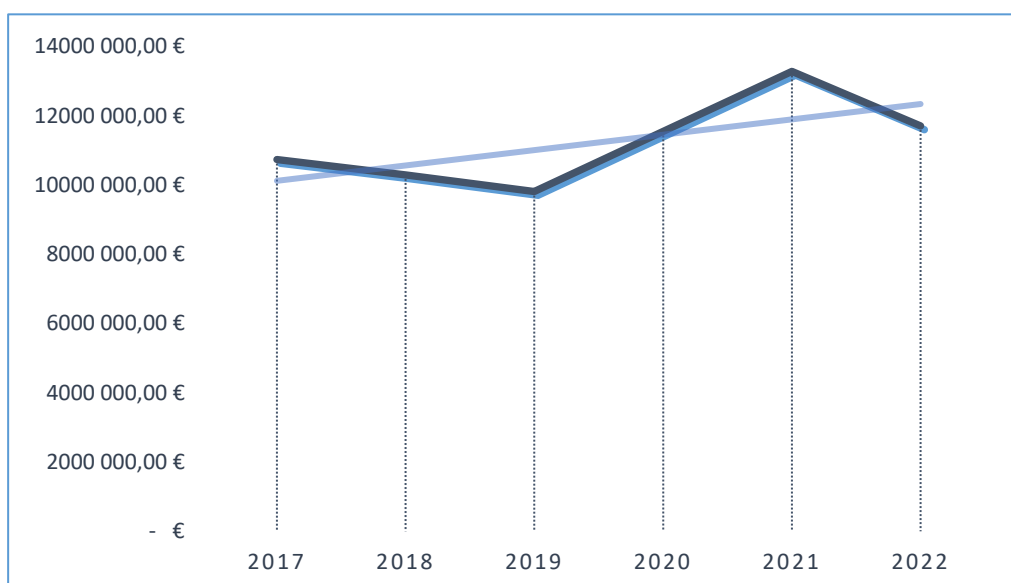
### 5.4.2. Evolução do orçamento municipal

O orçamento municipal assenta em três vetores estratégicos que procuram sustentabilidade do Município e o seu equilíbrio financeiro, designadamente:

- A estabilidade económica e financeira;
- A concretização de apenas investimentos prioritários, com especial enfoque nos investimentos com-participados por fundos comunitários;
- A contenção de custos e a maximização da receita.

O orçamento municipal tem oscilado nos últimos 6 anos, com um alquebra no presente ano espelhando bem a contenção financeira que o município está sujeito. 2021, foi o ano em que OM disparou, mas este contava já com cerca de metade do seu orçamento em dívidas acumuladas dos anos da crise e ser também um ano de exceção, pela panorâmica pandémica que se está a viver.

Figura 2- Evolução do OM



O orçamento para 2022 contempla um conjunto de projetos cofinanciados.

*O orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos (PPI) agora apresentados apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020...(…) A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas, e dos fundos disponíveis do Município (...).*

Vários investimentos previstos no OM 2022 estão também contempladas no presente plano, pois são ações que têm vindo a ser estudadas e previstas durante o processo da revisão do PDM.

## 6. MECANISMOS DE EXECUÇÃO

A concretização das ações previstas no plano deve seguir preferencialmente os princípios do sistema de cooperação. Deste modo a iniciativa de execução cabe ao município, permitindo que este siga as estratégias delineadas para o seu território, podendo ter a participação dos particulares interessados. Aceita-se também o sistema de iniciativa dos interessados, nos casos em que a dinâmica promovida por estes em prol dos interesses públicos, se encaixem na estratégia municipal.

Sempre que a dimensão, relevância ou estratégia das ações previstas nas unidades operativas de planeamento e gestão ou nos instrumentos de gestão territorial o justifiquem, poderá a Câmara Municipal recorrer aos sistemas de compensação e de imposição administrativa.

A programação de execução do Plano será estabelecida pela Câmara Municipal através da aprovação de programas anuais e plurianuais, devendo privilegiar as seguintes intervenções, atendendo ao disposto no programa de execução integrado no relatório de fundamentação das opções do Plano:

- As que, contribuindo para a concretização dos objetivos do Plano, possuam carácter estruturante no ordenamento do território e sejam catalisadoras do desenvolvimento do concelho;
- As de requalificação urbana e as de qualificação de espaços para o desenvolvimento turístico do concelho;
- As de proteção e valorização da estrutura ecológica municipal e a sustentabilidade ambiental e territorial.

Ou seja, pretende-se que o município atue de uma forma integrada no processo urbanístico programado no PDM, encaixando as ações previstas nos seus programas plurianuais de investimentos municipais na execução, conservação e reforços das infraestruturas.

Importa por outro lado, promover uma bolsa de terrenos municipais para que possam ser implementados sempre que necessário (equipamentos, habitação a custos controlados, ...) um conjunto de medidas que promovam a distribuição equitativa dos solos.

Apesar do presente plano apresentar um programa de execução e financeiro para os anos de vigência do mesmo, em que esse programa é de um modo geral a curto e longo prazo, deve a programação da gestão fundiária ser realizada por períodos anuais/bianuais, de modo a controlar as variações do mercado e tendências e atender à oportunidade temporal.

### 6.1. Medidas de intervenção municipal no mercado dos solos

O planeamento do solo requer regras para a sua gestão, de modo que o alcance dos seus objetivos seja eficiente e coerente. Essas regras, plasmadas na legislação aplicável e no presente plano, devem ser fáceis de implementar. Os sistemas socio económicos devem evitar transferências rápidas e em grande escala de bens do setor privado para o público e vice-versa, de modo a não introduzir grandes variações no mercado fundiário. Quando o solo de privados for valorizado em resultado de medidas do setor público, devem existir vias destinadas à recuperação social das mais-valias.

O Município, assente no Princípio da Equidade, sempre que necessita de implementar uma obra pública

promove a compra de terrenos no mercado dos solos, evitando recorrer a expropriações. Para tal o município procura fazer uma gestão eficiente das suas necessidades, procurando uma negociação atempada das iniciativas evitando processos urgentes e especulativos.

Para a implementação das ações previstos nos instrumentos territoriais que vinculam diretamente os particulares, o RJIGT (art.53º e seguintes) prevê um conjunto de mecanismos possíveis de utilizar, tais como:

- Reserva de solo;
- Direito de preferência e Direito de superfície;
- Demolição de edifícios;
- Concessão de utilização e exploração do domínio público;
- Expropriação por utilidade pública;
- Venda forçada;
- Arrendamento forçado;
- Estruturação da propriedade;
- Direito à expropriação;
- Reparcelamento do solo urbano.

Consoante as condições do projeto, a sua gradação de interesses e dos atores intervenientes, o município poderá optar por um destes instrumentos de execução que implicar diretamente uma intervenção no mercado dos solos.

## **6.2.Operacionalização da execução**

A execução do Plano processar-se-á através da concretização unidades de execução, delimitadas pela câmara municipal, por iniciativa própria ou a requerimento dos proprietários interessados, podendo ainda as ações serem executados fora de sistema de execução quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) As operações urbanísticas se localizem em zonas urbanas consolidadas, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação;
- b) A delimitação de unidades de execução se revelar impossível ou desnecessária, à luz dos objetivos delineados pelo próprio plano.

Entenda-se que as unidades de execução incluem as 5 UOPG's previstas.

O PARU de Belmonte contribuirá também para a execução de muitas das medidas programadas, uma vez que um plano converge com o outro.

A iniciativa privada de empreendimentos estratégicos que se queiram instalar no território municipal e que se enquadrem no previsto no regulamento do PDM. Estes não estão programados, mas são passíveis de ter acolhimento na medida em que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Aqui poderá ser importante a aposta do município em evidenciar a atratividade do município para projetos estratégicos.

## 7. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

### 7.1. Prioridades

Tendo em consideração a especificidade da área de intervenção, e de forma a compatibilizar ações previstas, optou-se por definir 3 graus de prioridades dependendo da importância da execução de cada ação prevista.

- Prioridade 1: 0 a 3 anos engloba intervenções que já se encontram em fase de implementação ou outras com início previsto para os primeiros 3 anos de implementação do plano e enquadráveis no Quadro Comunitário de Apoio;
- Prioridade 2: 3 a 6 anos- engloba a concretização de ações estratégicas concretizáveis menos urgentes e enquadráveis no Quadro Comunitário de Apoio;
- Prioridade 3: engloba a implementação de ações previstas para o último terço do período de implementação do Plano, fortemente dependentes da concretização das intervenções das fases anteriores, dos resultados obtidos e do eventual desenvolvimento socioeconómico do município.

### 7.2. Cronograma

O prazo de execução total previsto é de 10 anos, distribuído de acordo com o quadro abaixo.

Este faseamento permite a gradual implementação das ações do plano, garantindo a operacionalização dos projetos previstos. Simultaneamente o facto de se tratar de ações faseadas ao longo do tempo e do espaço permite a consolidação de mecanismos financeiros e económicos que permitem a evolução desta área e da principal função preconizada, garantindo a sua sustentabilidade.

Tabela 9 – Prioridades e cronograma das ações previstas

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	pri-ori-dade	Execução																
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10							
<b>A</b>		<b>Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;</b>																		
A.1	PDM	Requalificação da zona industrial de Belmonte	2	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-							
A.2	GOP 2015/3-2/16	Implementação de nova zona empresarial - Maçainhas	1	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-							
A.3	GOP 2022/69-1/22	Apoio à instalação de empresas no concelho, privilegiando os edifícios industriais desativados.	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A.4	GOP 2022/33-2/22	Plataforma de produtos de marca concelhia e da marca Koscher, para a certificação	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A.5	GOP 2022/69-1/22	Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/ tradicional	2	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-							
<b>B</b>		<b>Turismo, cultura e património;</b>																		
B.1	Plano estratégico	Jardim dos Descobrimentos	1	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-							
B.2	Plano estratégico	Espaço Brasil - Arte Contemporânea	2	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-							

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Execução											
			prioridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
B.3	GOP 2015/31	Requalificação do Castelo de Belmonte	1	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-
B.4	GOP 2016/60	Centro interpretativo Centum Cellas	1	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-
B.5	GOP 2016/61	Centro interpretativo Villa Fórnea	3	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
B.6	GOP 2022/36-3/22	Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado	3								X	X	X	X
B.7	GOP 2016/62 GOP 2022/39-1/22	Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Stiago	1 2	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
B.8	GOP 2015/5	Zona envolvente da Praia Fluvial de Belmonte	3	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
B.9	PDM	Revitalização do Parque de campismo de Belmonte (junto praia fluvial)	2				X	X	X					
B.10	GOP 2022/65 GOP 2022/78	Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado	2				X	X	X					
B.11	PDM	Carta Arqueológica do Concelho	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
B.12	GOP 2022/37-1/22	Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros	1 2	-	-	X	X	X	X	X	X	-	-	-
B.13	PDM	Espaços de ocupação turística (apoio à implementação dos privados)	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>C</b>		<b>Ambiente e Energia</b>												
C.1	PDM	Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.2	PDM	Elaboração e implementação do plano municipal de mobilidade e acessibilidade	1	-	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-
C.3	PDM	Requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (infraestruturas verdes)	1 2 3	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.4	GOP 2018/21	Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.5	PDM	Monitorização/ atualização do plano municipal de proteção civil	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.6	PDM	Monitorização/ atualização plano municipal de defesa da floresta contra incêndios	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.7	PDM	Promoção e monitorização dos aproveitamentos hidroagrícolas	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.8	PGBH	Plano de Recuperação de custos dos serviços da água para serviços urbanos, industriais e agrícolas (PGBH)	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
C.9	PDM	Plano de ação para a promoção da separação das redes de drenagem águas residuais unitárias em redes de drenagem de águas separativas, nas localidades abrangidas.	1	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-
C.10	PDM	Reabilitação dos descarregadores das ETARs "em baixa"	1 2	-	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-
C.11	GOP 2022/39-3/22	Rede Wifi no centro histórico de Belmonte	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
C.12	PDM	Implementação do plano de bioresíduos	1	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
C.13	PDM	Estudo para a implementação das bacias de retenção a montante das zonas inundáveis	1	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.14	PDM	Zonas de lazer associadas a plano de água Estudo geral)	1	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Execução										
			prioridade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C.15	PDM	Passadiço no Lagar de Maçainhas	2	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
C.16	PDM	Caminho de lazer fluvial rio Zêzere	3	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
<b>D</b>		<b>Desenvolvimento Humano</b>											
D.1	GOP 2022/39-3/22	Requalificação do centro escolar de Belmonte	1 2	-	X	X	X	X	X	-	-	-	-
D.2	Plano estratégico	Beneficiação do complexo desportivo municipal	1 2	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
D.3	GOP 2018/58	Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria)	1	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-
D.4	PDM	Programa de requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais	\	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
D.5	GOP 2019/32-1/19 GOP 2019/32-2-19	Ampliação de cemitérios	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
D.6	PDM	Revisão da Carta educativa	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
D.7	PDM/LBH	Carta de habitação	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
D.8	PDM/GOP	Requalificação do lagar de Maçainhas e espaço envolvente	1	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
D.9	PDM	Pista de atletismo	2 3	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-
D.10	PDM	Piscina Coberta	1 2	-	-	-	X	X	X	-	-	-	-
D.11	PDM	Complexo desportivo de Maçainhas - requalificação e ampliação do existente	3	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
<b>E</b>		<b>Planeamento urbano</b>											
E.1	PDM	Plano de transportes públicos para as áreas de atividades económicas	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
E.2	PDM	Plano de ação para prevenção e mitigação de riscos de acidentes de tráfego viário	1	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
E.3	GOP 2022/21-5/22 GOP 2022/21-6/22	Promover um plano sistematizado de melhoramentos em estradas, arruamentos e caminhos, incluindo sinalização	1 2	-	X	X	X	X	X	X	-	-	-
E.4	PDM	Implementação da VICEB - Variante interna de Belmonte	1 2	-	-	X	X	X	-	-	-	-	-
E.5	GOP 2022/76	Regeneração urbana dos centros urbanos complementares, ao nível dos arruamentos	1 2	-	-	X	X	X	X	-	-	-	-
E.6	GOP 2022/59	Plano de intervenção da rede de iluminação pública para a eficiência energética	1 2	-	X	X	X	X	X	X	-	-	-
E.7	PDM	Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos	1 2 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
E.8	PDM	Ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos	1 2	-	X	X	-	X	X	-	-	-	-
E.9	PDM	Elaboração da UOPG 1 – Centro histórico de Belmonte	1 2	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
E.10	PDM	Elaboração da UOPG 2 – Quinta da Tapada	1 2	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Execução										
			pr- ori- dad e	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E.11	PDM	Elaboração da UOPG 3 – Ampliação da Zona industrial de Belmonte-gare:	1	-		X	X	-	-	-	-	-	-
E.12	PDM	Elaboração da UOPG 4 – Quinta do Porto Monsanto:	1	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
E.13	PDM	Elaboração da UOPG 5 – Quinta da Bica:	2	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
E.14	PDM	Elaboração da UOPG 6 – Belmonte Sul	1 2	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
E.15	PDM	Enquadramento da ARU's de Belmonte e Caria nas diretivas do PDM e sua implementação	1	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-
E.16	PDM	Execução das obras de urbanização das zonas em consolidação não servidas totalmente por redes	1 2 3	-	-	X	-	X	-	-	X	-	-

## 8. MECANISMOS FINANCEIROS

A execução financeira do plano irá recorrer a vários instrumentos e mecanismos que a par com o orçamento municipal e as parcerias público privadas que poderão vir a desenvolver-se, permitirá o município ir executando faseadamente o seu programa. Assim os mecanismos financeiros disponíveis são:

### 8.1. Do Estado

- Eventuais verbas específicas que se possam vir a enquadrar no orçamento de estado;
- Entidades públicas parceiras: IP, AdPortugal, Turismo, ...
- Dos planos setoriais aplicáveis

### 8.2. Do Município

- Orçamento municipal: Verbas previstas nos programas plurianuais.
- Receitas municipais que contribuem para este setor:
  - Unidades de execução;
  - Compensações perequativas e urbanísticas;
  - Taxas das operações urbanísticas (Aviso n.º 10709/2010, 28 de maio);
  - Loteamento e de obras de urbanização, Trabalhos de remodelação de terrenos, Obras de edificação, Obras de demolição;
  - REAI (regime de exercício da atividade industrial);

- TRIU/TMU
- Cedências de terrenos para espaços verdes, equipamentos e infraestruturas.
- Impostos:
  - IMT;
  - IMI.
- Fundo municipal de sustentabilidade (a criar com a entrada em vigor deste plano):
  - Receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este Fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público;
  - Com a implementação de um sistema de fiscalidade verde municipal será possível canalizar fundos em forma de incentivos, para estimular o investimento em Economia Circular.
- Instrumentos financeiros de Reabilitação urbana – IFRU
  - Pode abranger particulares e iniciativas municipais.

### **8.3. Dos Fundos Europeus**

A Estratégia Portugal 2030, com um envelope financeira com cerca de 50 mil milhões de euros. Será financiada através de diversos instrumentos:

- Os fundos europeus do novo Acordo de Parceria (Fundos da Política de Coesão) e do PEPAC (Fundos da Política Agrícola Comum e do Desenvolvimento Rural);
- Os fundos adicionais do pacote do Next Generation EU, principalmente do Instrumento Recuperação e Resiliência (que financiará o PRR), do REACT e do Fundo de Transição Justa;
- Os fundos europeus de gestão centralizada, principalmente, do Horizonte Europa e do CEF (Connecting European Facility).
- Outros fundos nacionais: Orçamento do Estado e fundos específicos, nomeadamente, o Fundo Ambiental;
- Empréstimos de instituições financeiras nacionais ou internacionais, como por exemplo o Banco Europeu de Investimento;
- Fontes de financiamento do setor privado.

Na aplicação dos fundos, estão definidas algumas prioridades: simplificação, orientação para resultados, transparência e prestação de contas, subsidiariedade e responsabilização, segregação das funções de gestão e prevenção de conflitos de interesse, e sinergias entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias.



O acordo de parceria Portugal 2030, ainda não está fechado pelo que ainda não se conhecem os moldes em que irão funcionar os programas operacionais, as verbas disponíveis e os projetos elegíveis. Espera-se, no entanto, pela experiência dos quadros anteriores e ainda de algumas medidas dos 2020 disponíveis (apenas em situações extraordinárias com impacte relevante na melhoria da coesão social e territorial e da competitividade, nos termos do regime normativo em vigor constante do Portugal 2020, para posterior integração em programas operacionais do Portugal 2030”), e pelos eixos de intervenção previstos no 2030, que várias intervenções programadas no presente plano poderão ser elegíveis para os fundos disponíveis.

## 9. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

### 9.1. Fontes de financiamento

Chave: OM: orçamento municipal; OE: orçamento de Estado; FE: fundos europeus; P: privados

Tabela 10 – Meios de execução

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Entidades			Afetação de valores		
			Promotora	Financiamento	Estado	Fundos	Município	privados
<b>A</b>		<b>Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;</b>				2 028 155 €	798 139 €	12 000 €
A.1	PDM	Requalificação da zona industrial de Belmonte	Mun.	OM	0 €	0 €	137 229 €	0 €
A.2	GOP 2015/3-2/16	Implementação de nova zona empresarial - Maçainhas	Mun.	OM/FE	0 €	2 028 155 €	357 910 €	0 €
A.3	GOP 2022/69-1/22	Apoio à instalação de empresas no concelho, privilegiando os edifícios industriais desativados.	Mun.	OM	0 €	0 €	250 000 €	0 €
A.4	GOP 2022/33-2/22	Plataforma de produtos de marca concelhia e da marca Koscher, para a certificação	Mun.	OM	0 €	0 €	25 000 €	0 €
A.5	GOP 2022/69-1/22	Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/ tradicional	Priv./Mun.	Priv./OM	0 €	0 €	28 000 €	12 000 €
<b>B</b>		<b>Turismo, cultura e património;</b>				2 770 587 €	1 504 448 €	0 €
B.1	Plano estratégico	Jardim dos Descobrimentos	Mun.	OM/FE	0 €	204 000 €	36 000 €	0 €
B.2	Plano estratégico	Espaço Brasil - Arte Contemporânea	Mun.	OM	0 €	318 750 €	56 250 €	0 €
B.3	GOP 2015/31	Requalificação do Castelo de Belmonte	Mun.	OM/FE	0 €	206 859 €	36 504 €	0 €
B.4	GOP 2016/60	Centro interpretativo Centum Cellas	Mun.	OM/FE	0 €	392 403 €	69 248 €	0 €
B.5	GOP 2016/61	Centro interpretativo Villa Fórnea	Mun.	OM	0 €	0 €	335 000 €	0 €
B.6	GOP 2022/36-3/22	Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado	Mun.	Priv./OM	0 €	170 000 €	30 000 €	0 €
B.7	GOP 2016/62 GOP 2022/39-1/22	Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Stiago	Mun.	OM/FE	0 €	127 500 €	22 500 €	0 €
B.8	GOP 2015/5	Zona envolvente da Praia Fluvial de Belmonte	Mun.	OM	0 €	0	87 500 €	0 €
B.9	PDM	Revitalização do Parque de campismo de Belmonte (junto praia fluvial)	Mun.	OM	0 €	1 351 075 €	238 425 €	0 €

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Entidades		Afetação de valores			
			Promotora	Financiamento	Estado	Fundos	Município	privados
B.10	GOP 2022/65 GOP 2022/78	Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado	Mun.	OM	0 €	0 €	250 000 €	0 €
B.11	PDM	Carta Arqueológica do Concelho	Mun.	OM	0 €	0 €	20 000 €	0 €
B.12	GOP 2022/37-1/22	Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros	Mun.	OM	0 €	0 €	273 021 €	0 €
B.13	PDM	Espaços de ocupação turística (apoio à implementação dos privados)	Mun.	OM	0 €	0 €	50 000 €	0 €
<b>C</b>		<b>Ambiente e Energia</b>				<b>0 €</b>	<b>2 886 322 €</b>	<b>0 €</b>
C.1	PDM	Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia	Mun.	OM	0 €	0 €	100 000 €	0 €
C.2	PDM	Elaboração e implementação do plano municipal de mobilidade e acessibilidade	Mun.	OM	0 €	0 €	350 000 €	0 €
C.3	PDM	Requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (Infraestruturas verdes)	Mun.	OM/FE	0 €	0 €	731 322 €	0 €
C.4	GOP 2018/21	Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	Mun.	OM	0 €	0 €	250 000 €	0 €
C.5	PDM	Monitorização/ atualização do plano municipal de proteção civil	Mun.	OM	0 €	0 €	15 000 €	0 €
C.6	PDM	Monitorização/ atualização plano municipal de defesa da floresta contra incêndios	Mun.	OM	0 €	0 €	15 000 €	0 €
C.7	PDM	Promoção e monitorização dos aproveitamentos hidroagrícolas	Mun.	OM	0 €	0 €	130 000 €	0 €
C.8	PGBH	Plano de Recuperação de custos dos serviços da água para serviços urbanos, industriais e agrícolas (PGBH)	Mun.	OM	0 €	0 €	15 000 €	0 €
C.9	PDM	Plano de ação para a promoção da separação das redes de drenagem águas residuais unitárias em redes de drenagem de águas separativas, nas localidades abrangidas.	Mun.	OM	0 €	0 €	100 000 €	0 €
C.10	PDM	Reabilitação dos descarregadores das ETARs "em baixa"	Mun.	OM	0 €	0 €	150 000 €	0 €
C.11	GOP 2022/39-3/22	Rede Wifi no centro histórico de Belmonte	Mun.	OM	0 €	0 €	10 000 €	0 €
C.12	PDM	Implementação do plano de bioresíduos	Mun.	OM	0 €	0 €	100 000 €	0 €
C.13	PDM	Estudo para a implementação das bacias de retenção a montante das zonas inundáveis	Mun.	OM	0 €	0 €	100 000 €	0 €
C.14	PDM	Zonas de lazer associadas a plano de água (Estudo geral)	Mun.	OM	0 €	0 €	50 000 €	0 €
C.15	PDM	Passadiço no Lagar de Maçainhas	Mun.	OM	0 €	0 €	320 000 €	0 €
C.16	PDM	Caminho de lazer fluvial rio Zêzere	Mun.	OM	0 €	0 €	450 000 €	0 €
<b>D</b>		<b>Desenvolvimento Humano</b>				<b>3 689 782 €</b>	<b>976 138 €</b>	<b>75 000 €</b>
D.1	GOP 2022/39-3/22	Requalificação do centro escolar de Belmonte	Mun.	OM/FE	0 €	347 118 €	61 256 €	0 €
D.2	Plano estratégico	Beneficiação do complexo desportivo municipal	Mun.	OM/FE	0 €	323 000 €	57 000 €	0 €
D.3	GOP 2018/58	Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria)	Mun.	OM/FE	0 €	129 664 €	22 882 €	0 €
D.4	PDM	Programa de requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais	Priv./Mun.	Priv./OM	0 €	0 €	75 000 €	75 000 €
D.5	GOP 2019/32-1/19 GOP 2019/32-2-19	Ampliação de cemitérios	Mun.	OM	0 €	0 €	100 000 €	0 €
D.6	PDM	Revisão da Carta educativa	Mun.	OM			25 000 €	
D.7	PDM/LBH	Carta de habitação	Mun.	OM			25 000 €	
D.8	PDM/GOP	Requalificação do lagar de Maçainhas e espaço envolvente	Mun.	OM			100 000 €	

Ref.ª	Nº de GOP	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	Entidades		Afetação de valores			
			Promotora	Financiamento	Estado	Fundos	Município	privados
D.9	PDM	Pista de atletismo	Mun.	OM/FE	0 €	1 275 000 €	225 000 €	0 €
D.10	PDM	Piscina Coberta	Mun.	OM/FE	0 €	1 615 000 €	285 000 €	0 €
C.16	PDM	Caminho de lazer fluvial rio Zêzere	Mun.	OM	0 €	0 €	450 000 €	0 €
<b>E</b>		<b>Planeamento urbano</b>				<b>1 060 500 €</b>	<b>4 385 101 €</b>	<b>900 000 €</b>
E.1	PDM	Plano de transportes públicos para as áreas de atividades económicas	Mun.	OM/FE	0 €	12 750 €	2 250 €	0 €
E.2	PDM	Plano de ação para prevenção e mitigação de riscos de acidentes de tráfego viário	Mun.	OM/FE	0 €	12 750 €	2 250 €	0 €
E.3	GOP 2022/21-5/22 GOP 2022/21-6/22	Promover um plano sistematizado de melhoramentos em estradas, arruamentos e caminhos, incluindo sinalização	Mun.	OM/FE	0 €	60 000 €	669 627 €	0 €
E.4	PDM	Implementação da VICEB - Variante interna de Belmonte	Mun.	OM	0 €	0 €	1 000 000 €	0 €
E.5	GOP 2022/76	Regeneração urbana dos centros urbanos complementares, ao nível dos arruamentos	Mun.	OM	0 €	0 €	225 000 €	0 €
E.6	GOP 2022/59	Plano de intervenção da rede de iluminação pública para a eficiência energética	Mun.	OM/FE	0 €	60 000 €	1 785 974 €	0 €
E.7	PDM	Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos	Mun.	OM	0 €	0 €	50 000 €	0 €
E.8	PDM	Ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos	Mun.	OM	0 €	0 €	600 000 €	0 €
E.9	PDM	Elaboração da UOPG 1 – Centro histórico de Belmonte	Mun.	OM	0 €	0 €	70 000 €	0 €
E.10	PDM	Elaboração da UOPG 2 – Quinta da Tapada	Mun.	OM	0 €	0 €	50 000 €	0 €
E.11	PDM	Elaboração da UOPG 3 – Ampliação da Zona industrial de Belmonte-gare:	Mun.	OM	0 €	0 €	70 000 €	0 €
E.12	PDM	Elaboração da UOPG 4 – Quinta do Porto Monsanto:	Mun.	priv	0 €	0 €	0 €	50 000 €
E.13	PDM	Elaboração da UOPG 5 – Quinta da Bica:	Mun.	priv	0 €	0 €	0 €	50 000 €
E.14	PDM	Elaboração da UOPG 6 – Belmonte Sul	Mun.	OM	0 €	0 €	80 000 €	0 €
E.15	PDM	Enquadramento da ARU's de Belmonte e Caria nas diretivas do PDM e sua implementação	Mun.	OM	0 €	15 000 €	0 €	0 €
E.16	PDM	Execução das obras de urbanização das zonas em consolidação não servidas totalmente por redes	Mun.	Priv./OM	0 €	900 000 €	0 €	900 000 €

## 9.2. Estimativa dos custos das ações previstas

A estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas foi formulada com base em valores médios de mercado para a região do Plano, para cada item aplicado e por prioridade. Nesta estimativa foi excluída os valores de aquisição dos terrenos.

Para a programação e cálculo da estimativa orçamental do item E.10, referente às zonas urbanas a infraestruturar, foram aferidas as áreas o índice de afetação para as redes de saneamento, energia e rede viária (este varia conforme a tipologia do espaço e o local e sua envolvente) e o uso previsto. Para melhor entendimento destas áreas apresenta- no anexo 3, umas fichas síntese.

O quadro seguinte traduz essa estimativa:

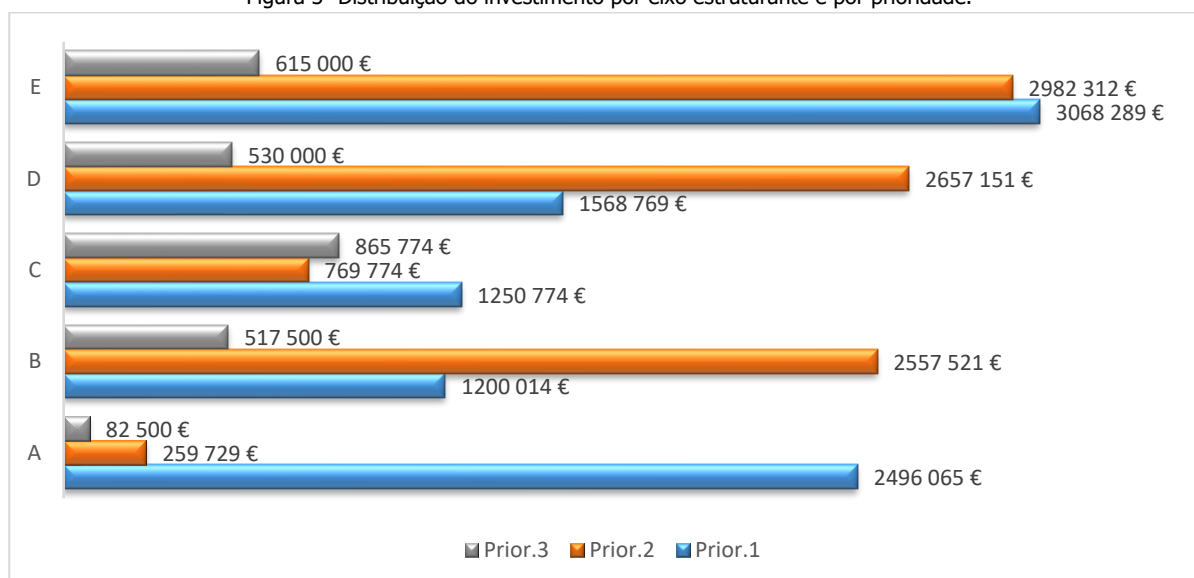
Tabela 11 – Estimativa de custo por ação e por prioridade

Ref.ª	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	custos		custo por prioridades	
		valor global	1	2	3
<b>A</b>	<b>Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;</b>	2 838 294 €	2 496 065 €	259 729 €	82 500 €
A.1	Requalificação da zona industrial de Belmonte	137 229 €	0 €	137 229 €	0 €
A.2	Implementação de nova zona empresarial - Maçainhas	2 386 065 €	2 386 065 €	0 €	0 €
A.3	Apoio à instalação de empresas no concelho, privilegiando os edifícios industriais desativados.	250 000 €	100 000 €	75 000 €	75 000 €
A.4	Plataforma de produtos de marca concelhia e da marca Koscher, para a certificação	25 000 €	10 000 €	7 500 €	7 500 €
A.5	Plano de ação para atratividade económica e de incentivo ao comércio de proximidade/tradicional	40 000 €	0 €	40 000 €	0 €
<b>B</b>	<b>Turismo, cultura e património;</b>	4 275 035 €	1 200 014 €	2 557 521 €	517 500 €
B.1	Jardim dos Descobrimentos	240 000 €	240 000 €	0 €	0 €
B.2	Espaço Brasil - Arte Contemporânea	375 000 €	0 €	375 000 €	0 €
B.3	Requalificação do Castelo de Belmonte	243 363 €	243 363 €	0 €	0 €
B.4	Centro interpretativo Centum Cellas	461 651 €	461 651 €	0 €	0 €
B.5	Centro interpretativo Villa Fórnea	335 000 €	0 €	0 €	335 000 €
B.6	Requalificação dos espaços envolventes do património histórico edificado	200 000 €	50 000 €	75 000 €	75 000 €
B.7	Implementação de percursos pedestres e cicláveis e manutenção dos existentes, incluindo Caminhos Stiago	150 000 €	50 000 €	100 000 €	0 €
B.8	Zona envolvente da Praia Fluvial de Belmonte	87 500 €	0 €	0 €	87 500 €
B.9	Revitalização do Parque de campismo de Belmonte (junto praia fluvial)	1 589 500 €	0 €	1 589 500 €	0 €
B.10	Requalificação/ reconversão do património escolar desocupado	250 000 €	0 €	250 000 €	0 €
B.11	Carta Arqueológica do Concelho	20 000 €	20 000 €	0 €	0 €
B.12	Requalificação do Ecomuseu do Zêzere/ outros	273 021 €	120 000 €	153 021 €	0 €
B.13	Espaços de ocupação turística (apoio à implementação dos privados)	50 000 €	15 000 €	15 000 €	20 000 €
<b>C</b>	<b>Ambiente e Energia</b>	2 886 322 €	1 250 774 €	769 774 €	865 774 €
C.1	Apoio a projetos que promovam a transformação de biomassa em energia	100 000 €	40 000 €	30 000 €	30 000 €
C.2	Elaboração e implementação do plano municipal de mobilidade e acessibilidade	350 000 €	350 000 €		

Ref. <sup>a</sup>	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	custos		custo por prioridades	
		valor global	1	2	3
C.3	Requalificação das principais linhas de água respetivas galerias ripícolas (infraestruturas verdes)	731 322 €	243 774 €	243 774 €	243 774 €
C.4	Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	250 000 €	100 000 €	75 000 €	75 000 €
C.5	Monitorização/ atualização do plano municipal de proteção civil	15 000 €	4 500 €	4 500 €	6 000 €
C.6	Monitorização/ atualização plano municipal de defesa da floresta contra incêndios	15 000 €	4 500 €	4 500 €	6 000 €
C.7	Promoção e monitorização dos aproveitamentos hidroagrícolas	130 000 €	39 000 €	39 000 €	52 000 €
C.8	Plano de Recuperação de custos dos serviços da água para serviços urbanos, industriais e agrícolas (PGBH)	15 000 €	15 000 €	0 €	0 €
C.9	Plano de ação para a promoção da separação das redes de drenagem águas residuais unitárias em redes de drenagem de águas separativas, nas localidades abrangidas.	100 000 €	100 000 €	0 €	0 €
C.10	Reabilitação dos descarregadores das ETARs "em baixa"	150 000 €	100 000 €	50 000 €	0 €
C.11	Rede Wifi no centro histórico de Belmonte	10 000 €	4 000 €	3 000 €	3 000 €
C.12	Implementação do plano de bioresíduos	100 000 €	100 000 €	0 €	0 €
C.13	Estudo para a implementação das bacias de retenção a montante das zonas inundáveis	100 000 €	100 000 €	0 €	0 €
C.14	Zonas de lazer associadas a plano de água Estudo geral)	50 000 €	50 000 €	0 €	0 €
C.15	Passadiço no Lagar de Maçainhas	320 000 €	0 €	320 000 €	0 €
C.16	Caminho de lazer fluvial rio Zêzere	450 000 €	0 €	0 €	450 000 €
<b>D</b>	<b>Desenvolvimento Humano</b>	<b>4 740 920 €</b>	<b>1 553 769 €</b>	<b>2 657 151 €</b>	<b>530 000 €</b>
D.1	Requalificação do centro escolar de Belmonte	408 374 €	387 890 €	20 484 €	0 €
D.2	Beneficiação do complexo desportivo municipal	380 000 €	190 000 €	190 000 €	0 €
D.3	Requalificação das piscinas municipais (Belmonte e caria)	152 546 €	152 546 €	0 €	0 €
D.4	Programa de requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais	150 000 €	0 €	150 000 €	0 €
D.5	Ampliação de cemitérios	100 000 €	40 000 €	30 000 €	30 000 €
D.6	Revisão da Carta educativa	25 000 €	25 000 €	0 €	0 €
D.7	Carta de habitação	25 000 €	25 000 €	0 €	0 €
D.8	Requalificação do lagar de Maçainhas e espaço envolvente	100 000 €	100 000 €	0 €	0 €
D.9	Pista de atletismo	1 500 000 €	0 €	1 000 000 €	500 000 €
D.10	Piscina Coberta	1 900 000 €	633 333 €	1 266 667 €	0 €
D.11	Complexo desportivo de Maçainhas - requalificação e ampliação do existente	2 500 000 €	0 €	0 €	2 500 000 €
<b>E</b>	<b>Planeamento urbano</b>	<b>6 345 601 €</b>	<b>2 873 289 €</b>	<b>2 857 312 €</b>	<b>615 000 €</b>
E.1	Plano de transportes públicos para as áreas de atividades económicas	15 000 €	15 000 €	0 €	0 €
E.2	Plano de ação para prevenção e mitigação de riscos de acidentes de tráfego viário	15 000 €	15 000 €	0 €	0 €
E.3	Promover um plano sistematizado de melhoramentos em estradas, arruamentos e caminhos, incluindo sinalização	729 627 €	359 535 €	370 092 €	0 €
E.4	Implementação da VICEB - Variante interna de Belmonte	1 000 000 €	500 000 €	500 000 €	0 €

Ref. <sup>a</sup>	Identificação de Programas/ Ações/Projetos	custos		custo por prioridades		
		valor global	1	2	3	
E.5	Regeneração urbana dos centros urbanos complementares, ao nível dos arruamentos	225 000 €	112 500 €	112 500 €	0 €	
E.6	Plano de intervenção da rede de iluminação pública para a eficiência energética	1 845 974 €	911 254 €	934 720 €	0 €	
E.7	Implementação de planos de acessibilidade e de segurança para equipamentos públicos	50 000 €	20 000 €	15 000 €	15 000 €	
E.8	Ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de águas para os aglomerados populacionais não servidos	600 000 €	300 000 €	300 000 €	0 €	
E.9	Elaboração da UOPG 1 – Centro histórico de Belmonte	70 000 €	35 000 €	35 000 €	0 €	
E.10	Elaboração da UOPG 2 – Quinta da Tapada	50 000 €	25 000 €	25 000 €	0 €	
E.11	Elaboração da UOPG 3 – Ampliação da Zona industrial de Belmonte-gare:	70 000 €	70 000 €	0 €	0 €	
E.12	Elaboração da UOPG 4 – Quinta do Porto Monsanto:	50 000 €	50 000 €	0 €	0 €	
E.13	Elaboração da UOPG 5 – Quinta da Bica:	50 000 €	0 €	50 000 €	0 €	
E.14	Elaboração da UOPG 6 – Belmonte Sul	80 000 €	40 000 €	40 000 €		
E.15	Enquadramento da ARU's de Belmonte e Caria nas diretivas do PDM e sua implementação	15 000 €	15 000 €	0 €	0 €	
E.16	Execução das obras de urbanização das zonas em consolidação não servidas totalmente por redes	1 800 000 €	600 000 €	600 000 €	600 000 €	

Figura 3- Distribuição do investimento por eixo estruturante e por prioridade.



- A Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;
- B Turismo, cultura e património;
- C Ambiente e Energia

D	Desenvolvimento Humano
E	Planeamento urbano

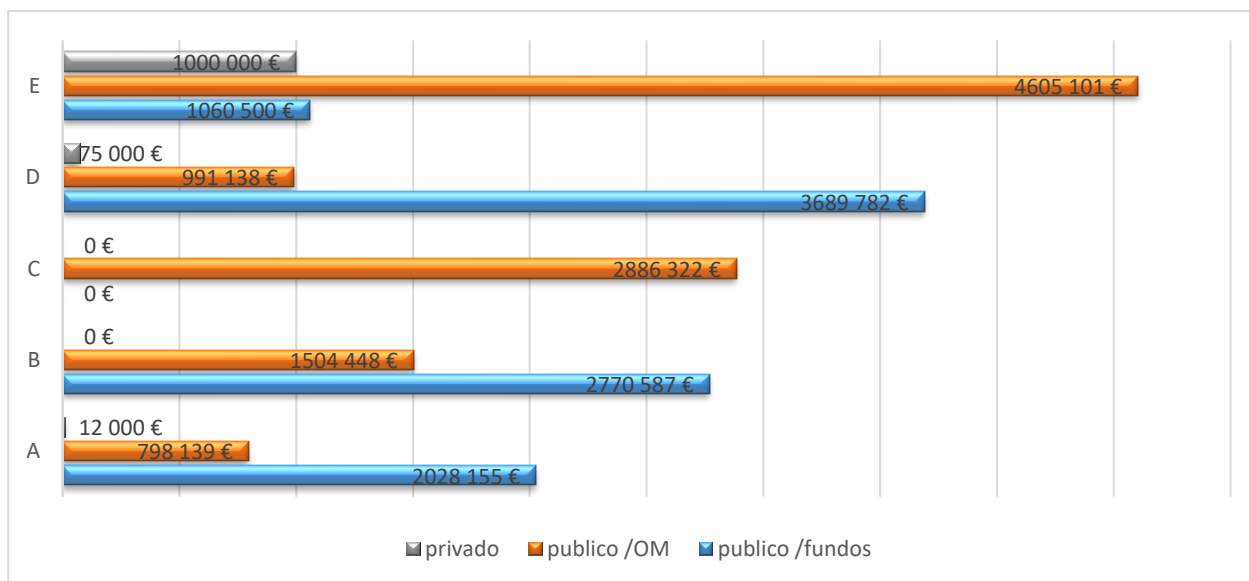
### 9.3. Estimativa do investimento público

O investimento público corresponde à afetação das várias ações e projetos programados no plano ao município.

Considera-se que cerca de 94% do investimento global é municipal. Do investimento municipal estima-se 39% possam ser afetados a fundos comunitários, num cenário em que a promoção do sistema de cooperação como método de execução tem sucesso, não desvalorizando a possibilidade do sistema de iniciativa de interessadas sempre que os interesses sejam concertados.

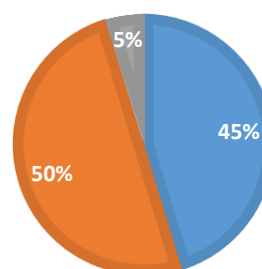
Sobre os fundos comunitários como já foi referido é ainda uma incógnita. Os valores apresentados são um mero exercício a aplicar a alguns projetos que pela tipologia e com base na experiência dos outros quadros comunitários se consideram que possam ser elegíveis.

Figura 4- Investimento por temas e por setor público e privado



- A Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;
- B Turismo, cultura e património;
- C Ambiente e Energia
- D Desenvolvimento Humano
- E Planeamento urbano

■ publico /fundos ■ publico /OM



## 10. CONCLUSÃO

O valor estimado para a execução do Plano, deverão enquadrar-se nos valores plurianuais preconizados nas grandes opções do Plano Municipal. No entanto a sustentabilidade do investimento poderá ser assegurado quer pelo município quer pelos privados, dado o plano prever o sistema de cooperação, promove também iniciativa dos interessados.

O total estimado para financiamento do plano e projetos incluídos nos cinco setores é de **21 421 172 €**. No entanto, os planos ou projetos a curto prazo, com grau de prioridade 1, têm um custo estimado **9 583 911 €**, prevendo-se que a componente correspondente à **comparticipação municipal seja cerca de 50%**.

O benefício produzido será traduzido pela dinamização urbana e económica que o investimento proporciona pela grande afetação de espaços para a habitação e para as atividades económicas.

Atendendo a que grande parte das receitas dos municípios se encontra diretamente ligada ao fenómeno urbanístico e que dessas a que maior relevo tem são a cobrança de taxas, e que assume uma importância fundamental no conjunto dos meios de financiamento do município. Numa ótica da sustentabilidade financeira pretende-se que os gastos e as receitas se equilibrem.

Das operações urbanísticas realizadas e das obras que estão afetas aos privados, o município realizará verbas através da aplicação das taxas urbanísticas.

O valor estimado é pouco sustentável à capacidade financeira do Município. No entanto e tendo em conta que grande parte dos projetos serão elegíveis tanto no Acordo Parceria 2030 como no PRR, considera-se que a execução das ações estruturantes são passíveis de concretização.